



**ceme**  
CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – CEME/UFRGS**  
**PROJETO MEMÓRIA DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO - PST**



**CLIPPING DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS NO SITE DO MINISTÉRIO DO ESPORTE  
SOBRE O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO – FEVEREIRO DE 2011**

Organização: **Centro de Memória do Esporte – CEME/UFRGS**



## NOTA DE ESCLARECIMENTO

19/02/2011, 23:29



O Ministério do Esporte repudia a reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, publicada neste domingo 20 de fevereiro, com o título “PCdoB lucra com programa do Ministério do Esporte”. A matéria, segundo nossa avaliação, não contemplou alguns pontos das respostas enviadas ao jornal que consideramos fundamentais esclarecer novamente:

1. Os critérios gerais para escolher ou renovar parcerias do Programa Segundo Tempo estão definidos no Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo (<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/manualDiretrizes.pdf>) e nas demais normas que regem a celebração de convênios pelo governo federal.

Estão aptas a apresentar pleitos as Entidades Públicas Federais, Estaduais, Distritais e Municipais ou Entidades Privadas sem fins lucrativos, que possuam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ há mais de 03 anos, nos moldes da Lei nº 11.768/2008 (Lei Orçamentária Anual). Além de capacidade técnica e operacional, as entidades precisam desenvolver ações de caráter esportivo, sejam elas culturais, educacionais ou sociais.

2. Desde 2003, o Programa Segundo Tempo recebeu R\$ 1.553.232.699,00, dos quais R\$ 1.186.857.607,00 para sua ação prioritária, o funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional.

Desse total de R\$ 1,18 bilhão, foram empenhados R\$ 750.998.702,00. No total, foram empenhados R\$ 1.005.195.478,00. Ressaltamos que os empenhos para o Programa Segundo Tempo correspondem à quase totalidade dos empenhos disponibilizados para a Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Enfatizamos que, embora a destinação orçamentária ocorra no ano em que os convênios são celebrados, a liberação dos recursos pode se dar nos períodos subsequentes. Para 2011, o orçamento total previsto para o programa é de R\$ 255.853.549,00, dos quais R\$ 211.200.000,00 são para os Núcleos de Esporte Educacional. Até a data, foram empenhados R\$ 4.199.813,00.

3. As limitações orçamentárias não permitem contemplar todos os municípios interessados no programa. Outras limitações são as impostas pela legislação, que



estabelece exigências que muitas entidades governamentais e privadas sem fins lucrativos não conseguem atender. Não há outro critério que não o atendimento a requisitos técnicos e o atendimento a crianças e jovens em vulnerabilidade social. Além disso, todos os estados citados estão, nesse momento, beneficiados pelo Programa Segundo Tempo, conforme os quadros abaixo:

#### Convênios de 2003 a 2010

UF.....	Convênios....	Beneficiados...	Núcleos.....	Valores
DF.....	76.....	350.135.....	1.466.....	72.062.843,17
GO.....	32.....	134.300.....	761.....	19.816.046,11
PI.....	12.....	108.120.....	884.....	19.295.011,80
SC.....	24.....	123.130.....	913.....	38.555.617,57
SP.....	144.....	493.440.....	2.455.....	112.262.037,09
Total...288.....	1.209.125.....	6.479.....	261.991.555,74	

#### Convênios vigentes

UF.....	Convênios....	Beneficiados....	Núcleos.....	Valores
DF.....	4.....	14.900.....	119.....	8.631.689,24
GO.....	10.....	28.580.....	233.....	10.171.457,76
PI.....	2.....	14.600.....	146.....	4.897.190,00
SC.....	5.....	37.200.....	372.....	17.087.756,00
SP.....	50.....	122.000.....	1.042.....	49.126.708,77
Total...71.....	217.280.....	1.912.....	89.914.801,77	

4. Sobre o novo contrato com o Instituto Contato Esclarecemos que o contrato anterior foi rescindido por solicitação da própria entidade, e por isso não houve impedimento à renovação da parceria.

Quanto à citação sobre parecer jurídico do Ministério, também informamos não haver posicionamentos contrários da Consultoria Jurídica em relação a esses processos. Enfatizamos que, no momento da assinatura do novo convênio, a entidade estava no prazo regulamentar de entrega da Prestação de Contas Final do convênio anterior. Em consequência, apta à nova celebração. Como a Prestação de Contas Final do convênio anterior encontra-se em análise, mesmo com o novo convênio celebrado ainda não houve nenhuma liberação de recursos.



5. Sobre a situação específica dos Institutos Desenvolvimento da Criança e do Adolescente e o Instituto Ação e Inclusão Social lembramos que a simples formalização de convênio com o Ministério do Esporte não é suficiente para ter início o atendimento aos beneficiados do Programa Segundo Tempo.

Desde 2007, é necessária a emissão da Ordem de Início, que garante a estruturação adequada de todas as ações pactuadas no convênio e favorece seu acompanhamento e controle. Embora o convênio entre em vigor a partir da data de sua assinatura, a entidade só estará autorizada a iniciar o atendimento aos beneficiados após o recebimento da Ordem de Início.

Cabe à entidade parceira promover a estruturação do projeto em consonância com o estabelecido no Instrumento de Parceria, no Plano de Trabalho aprovado, nas Diretrizes Norteadoras do Segundo Tempo e na legislação aplicável (federal e local), como medida prévia ao início do atendimento do público-alvo/desenvolvimento das atividades.

Destacamos os seguintes: a realização de processos licitatórios para aquisição do Reforço Alimentar e Material Suplementar; seleção, contratação e cadastramento de Recursos Humanos; seleção, inscrição e cadastramento de Beneficiados; Cadastramento dos núcleos e suprimento dos espaços físicos, Identificação Visual; Capacitação de Recursos Humanos e desenvolvimento dos Planejamentos Pedagógicos), dentre outros procedimentos administrativos.

*Ascom - Ministério do Esporte*



## Carta para o jornal O Estado de S. Paulo

20/02/2011, 16:00



O jornal O Estado de S.Paulo erra ao afirmar na manchete de 20 de fevereiro que o **PCdoB lucra com programa do Ministério do Esporte**. Foge à prática do bom jornalismo e da investigação amparada em fatos. O Ministério do Esporte rejeita as acusações e ilações de malversação do dinheiro público para fins eleitorais. Não há consistência nos dados e argumentos que sustentem a tese do jornal de que o Programa Segundo Tempo “(...) serve para dar dividendos eleitorais e financeiros ao PCdoB”.

<https://www.youtube.com/watch?v=ERJVDX7NhJY>

O enfoque político é impropriedade. O ME não pode e não discrimina a filiação política de dirigentes de entidades ou o partido de prefeitos e governadores, para formalizar convênios. Se o fizesse, aí sim, estaria incorrendo em erro ao partidarizar suas ações. A maioria dos convênios é firmada com entes públicos – governos estaduais e prefeituras – e não com ONGs, como faz crer a reportagem do Estado. Hoje, estão vigentes 251 convênios, sendo cinco deles federais, 16 estaduais e 194 municipais. Apenas 36 são com entidades privadas sem fins lucrativos.

Igualmente, causa estranheza o fato de o repórter Leandro Colon não ter publicado a íntegra das respostas fornecidas pelo ME, que elucidam as questões levantadas. A edição pinçou argumentos em visível esforço para corroborar tese construída a priori.

Desde setembro de 2008, os convênios do governo federal são celebrados no Sistema de Gestão de Convênios (Siconv), no qual as entidades devem inserir toda e qualquer ação referente à execução do orçamento previsto. A movimentação financeira das parcerias é acompanhada pelo Ministério do Esporte, garantindo total transparência na aplicação dos recursos públicos.

No Segundo Tempo os convênios são também acompanhados sistematicamente por uma rede de professores vinculados a instituições de ensino superior de todo o País.

Havendo indícios de não cumprimento do convênio, a entidade é notificada para prestar esclarecimentos. Não sendo esses suficientes, o ME opta pela rescisão do convênio. O que resulta na devolução parcial ou integral dos recursos, devidamente corrigidos



monetariamente. Em determinados casos, é necessária a abertura de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para garantir que o erário não terá prejuízo.

A Secretaria Nacional de Esporte Educacional realiza seleção pública para as implantações e renovações de parcerias e seus critérios estão definidos no Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo (<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/manualDiretrizes.pdf>) e demais normativas relacionadas, que regem a celebração de convênios no âmbito do Governo Federal.

Desde 2007, para garantir a estruturação adequada de todas as ações pactuadas e favorecer seu acompanhamento e controle, foi instituída a **Ordem de Início**, que consiste no cumprimento de todos os procedimentos preliminares essenciais para garantir o pleno funcionamento dos núcleos. **Assim, embora o convênio entre em vigor a partir da data de sua assinatura, a entidade só estará autorizada a operar após o recebimento da Ordem de Início.** Esclarecemos ao repórter também que os valores pactuados são divididos em duas parcelas, sendo a primeira referente à fase de estruturação do convênio e a segunda, ao período de atendimento aos beneficiários. Esta só é liberada após autorização do Ministério do Esporte.

### **Ouçã as sonoras com as respostas do Ministério do Esporte sobre programa Segundo Tempo**

Como foi dito ao repórter Leandro Colon, reiteramos que:

1. No caso específico do **Convênio nº 726146/2009**, firmado com o **Instituto de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – IDEC/GO - em dezembro de 2009**, esse recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 393.925,00 somente em 14/05/2010, em virtude de contingenciamento orçamentário, e **sua estruturação ainda se encontra em trâmite**. No 1º Relatório de Acompanhamento relativo aos Procedimentos Preliminares enviado havia pendências em ações essenciais, como recursos humanos, infraestrutura, reforço alimentar e planejamento pedagógico.

Considerando as dificuldades da implementação, o ME realizou vistoria “in loco”, identificando a necessidade de substituições de núcleos, e determinando, inclusive, a suspensão dos procedimentos de implementação até que sejam definidos os núcleos e



reavaliada a infraestrutura disponibilizada. **No momento não há previsão para a Ordem de Início. Contestamos, portanto, a afirmação sobre o recebimento e o encaixe de material esportivo, uma vez que o programa Segundo Tempo não repassou o material pactuado, porque a entidade ainda não finalizou os procedimentos relativos ao início do atendimento.**

O programa não prevê a concessão de tênis ou chuteiras, mas de material esportivo como bolas, redes, cordas, cones, entre outros itens, e uniformes, que consistem de camisetas e bermudas para os beneficiados. O material esportivo somente é repassado quando o convênio está em fase final de estruturação. **A falta de uniformes constatada pelo jornal, portanto, deve-se ao fato de que os convênios citados ainda não estão em atendimento. Pela mesma razão não há pagamento de recursos humanos nem tampouco distribuição de merenda.**

2. Em relação ao **Convênio nº 726149/2009, firmado com a Associação Ação Solidária e Inclusão Social/DF em dezembro de 2009**, que recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 176.740 apenas em 13/05/2010, o 1º Relatório de Acompanhamento relativo aos Procedimentos Preliminares ainda não foi apresentado, e a instituição ainda não efetuou sequer o cadastramento dos recursos humanos e beneficiados pelo programa. O Ministério já notificou a entidade para o cumprimento dos procedimentos de estruturação, porém até o momento não obteve resposta, razão pela qual **não há previsão para a Ordem de Início.**

3. Em relação à entidade **Federação das Associações dos Moradores do Piauí (Famepi)**, de Teresina, a afirmação de que o convênio foi realizado sem licitação é imprecisa. O Governo Federal descentraliza recursos por meio de convênios, amparado pelo Decreto 6.170/2007 e pela portaria interministerial 127/2008, que garante o repasse dos recursos sem licitação. A entidade atendeu aos critérios de capacidade técnico-operacional.

A proposta do Segundo Tempo é otimizar o uso das instalações disponíveis nas comunidades carentes. **Os convênios de funcionamento de núcleos do programa citados pela reportagem não prevêem a construção e/ou reforma dos espaços, mas o aproveitamento da estrutura existente.**

Para avaliar se um núcleo está em pleno atendimento, a sinalização do local por meio de uma placa do programa não é suficiente, visto que são necessários outros componentes.



A placa citada pela reportagem pode se referir, por exemplo, a um convênio anterior, já expirado, ou ainda a um convênio que não recebeu autorização para iniciar o atendimento, mas já está sinalizado. O convênio pode estar em recesso por diversos motivos, tais como a não liberação de parcela por motivo de inadimplência da própria entidade ou pelo próprio cronograma de execução proposto pela mesma.

O Ministério do Esporte responde pelo mérito administrativo da condução do Programa Segundo Tempo. Zela pelo atendimento a mais de 1 milhão de crianças, oferecendo atividades esportivas e recreativas, que contribuem para a formação educacional e vem aprimorando a execução deste e de outros programas, em todos os seus aspectos.

*Ascom – Ministério do Esporte*





## **Segundo Tempo forma atletas e revela talentos em diversas modalidades**

20/02/2011, 17:00

O Programa Segundo Tempo (PST) em oito anos de existência, já atendeu a aproximadamente quatro milhões de crianças e adolescentes, todos habitantes das regiões mais carentes do País que encontraram no esporte uma opção para construir um futuro melhor.

Muitos desses jovens chegaram aos pódios como vencedores de suas categorias em competições nacionais e internacionais. Da seleção brasileira de canoagem às equipes nacionais de jiu-jitsu, caratê e atletismo, os exemplos são vários. O programa também contribuiu para a melhora do desempenho escolar e da saúde de seus beneficiados.

Seguem alguns exemplos de jovens que foram beneficiados pelo programa:

### **2011:**

- No Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefam) da Marinha, no Rio de Janeiro, cerca de 20 adolescentes do Segundo Tempo se preparam para representar o Brasil nas Olimpíadas de 2016 na modalidade de levantamento de peso. Os jovens foram submetidos a testes específicos e já estão competindo em nível nacional e internacional. Destes, Gabriela Távora, Carlos Alexandre Gomes e Cristiano do Patrocínio, moradores das comunidades populares de Acari, Vila do Pinheiro e Curicica, bairro de Jacarepaguá foram convocados para participar do Pan-americano Sub-17 em abril, na Venezuela. Eles têm como técnico, o Tenente Aveiro, da Marinha, treinador da Confederação Brasileira de Peso Olímpico.

### **2009:**

- Antônio Jakson Conceição dos Santos conquistou por três anos consecutivos o Campeonato Brasileiro de Caratê na categoria 18 a 21 anos. O estudante do Segundo Tempo foi monitor do programa em Valparaíso (GO) e convidado pela Confederação Brasileira de Artes Marciais para representar o Brasil no Mundial de Caratê, na Argentina. Trouxe duas medalhas para o Brasil – foi campeão na categoria luta e 2º lugar no katá.

### **2008:**

- Equipe do Segundo Tempo conquistou 151 medalhas em campeonatos internacionais



de taekwondo. Nos núcleos do Segundo Tempo em Bom Jesus da Lapa (BA), um grupo de 40 crianças dos núcleos participou, em São Paulo, do Campeonato Brazil Open Mundial de Duplas e o Intercontinental de taekwondo. A equipe voltou das competições com 28 medalhas de ouro, 27 de prata e 33 de bronze no Intercontinental e 29 de ouro, 22 de prata e 12 de bronze no Mundial de Duplas.

- Time formado por atletas oriundos do Segundo Tempo vence 5ª Volta do Lago Paranoá de Atletismo da Caixa. Três moradores de Santa Maria (DF) deixaram muita gente para trás. Kleber dos Santos, e os irmãos Caíque e Danilo Braga mostram que o esporte de inclusão é o primeiro passo para se chegar ao esporte de alto rendimento. Foi nas aulas de atletismo, no Centro de Instrução e adiestramento da Marinha (Ciab), que descobriram talento para o esporte e conquistaram, ao lado de cinco professores do programa, o primeiro lugar na categoria geral da 5ª Volta do Lago da Caixa.

#### **2006:**

- Jovem do Segundo Tempo conquistou o terceiro lugar em Mundial de jiu-jitsu. Morador do Assentamento do Varjão, periferia de Brasília (DF), Gustavo Gomes, 16 anos, apesar de ter treinado apenas pouco mais de um ano, conseguiu a façanha de subir ao pódio e conquistar o terceiro lugar na Copa do Mundo de jiu-jitsu olímpico, realizada em julho, em Niterói (RJ). O evento reuniu cerca de 500 atletas de mais de 20 países.

*Ascom - Ministério do Esporte*



**ceme**  
CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – CEME/UFRGS**  
**PROJETO MEMÓRIA DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO - PST**



## **Ministério esclarece equívocos do jornal O Estado de S. Paulo sobre o programa Segundo Tempo**

21/02/2011, 15:00

<https://www.youtube.com/watch?v=ERJVDX7NhJY>



## **Ouçã entrevista da diretora do Segundo Tempo sobre os equívocos do jornal Estado de S. Paulo**

21/02/2011, 17:00

***Clique no alto-falante para escutar e baixar a íntegra da entrevista com Gianna Lepre Perim, diretora do programa Segundo Tempo.***

Segundo reportagem do jornal, recursos do programa Segundo Tempo estariam beneficiando entidades ligadas a partidos políticos.

LOC/REPÓRTER: O Ministério do Esporte rejeita denúncia publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, neste domingo. Manchete sensacionalista diz que a Secretaria Nacional de Esporte Educacional privilegia organizações não-governamentais ligadas ao PC do B, concedendo recursos do Programa Segundo Tempo a entidades fantasmas, sem fiscalizar a aplicação do dinheiro público. O jornal aponta alguns casos que considera irregulares nos contratos, mas a diretora do Programa Segundo Tempo, Gianna Lepre, da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, defende as ações do Ministério do Esporte. Ela destaca, por exemplo, que o objetivo do programa é usar instalações já existentes para atender aos jovens carentes, e não necessariamente construir quadras esportivas, como sugere a reportagem.

### **TEC/SONORA 01 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: Gianna Lepre esclarece que o objetivo do programa Segundo Tempo é mais urgente do que apenas criar estruturas esportivas. Segundo ela, a intenção é democratizar o acesso ao Esporte para crianças que não contam com atividades físicas nem na escola.

### **TEC/SONORA 02 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: De acordo com a diretora do programa Segundo Tempo, o exemplo de Teresina, no Piauí, citado na reportagem do Estadão, obedece esta lógica de democratização do Esporte.

### **TEC/SONORA 03 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**



LOC/REPÓRTER: Gianna Lepre também destacou que a liberação de parte dos recursos, antes do começo das atividades educacionais, é um procedimento adotado para estruturar as condições mínimas de atendimento aos alunos.

**TEC/SONORA 04 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: A diretora do Programa Segundo Tempo explica que este é o caso dos convênios citados na matéria assinados pelo o Ministério do Esporte com entidades do Distrito Federal e de Goiás.

**TEC/SONORA 05 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: Segundo a diretora do Programa Segundo Tempo, existe um prazo para que cada entidade cumpra às exigências do ministério, e, quando isso não é feito, os recursos devem ser devolvidos.

**TEC/SONORA 06 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: Sobre outra entidade que reportagem do Estadão acusa armazenar lanches com prazo de validade vencido, Gianna Lepre afirma que sequer houve repasse de dinheiro para a instituição.

**TEC/SONORA 07 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: A diretora do Segundo Tempo acrescenta que a compra e controle da merenda é atribuição exclusiva da entidade conveniada.

**TEC/SONORA 08 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: Gianna Lepre lembra que todos os contratos do Segundo Tempo são inseridos no Sistema de Gestão de Convênios, do Ministério do Planejamento, e a movimentação dos recursos disponibilizados segue rigorosamente as determinações do sistema.

**TEC/SONORA 09 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: Gianna Lepre observa, também, que a fiscalização dos convênios segue alguns procedimentos.

**TEC/SONORA 10 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**



LOC/REPÓRTER: A diretora do Programa Segundo Tempo explica que o Ministério divide esse trabalho de fiscalização com uma rede de colaboradores espalhada por todo o País.

**TEC/SONORA 11 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: A diretora do Segundo Tempo explica, ainda, que os critérios de avaliação das entidades não levam em consideração questões ideológicas ou partidárias.

**TEC/SONORA 12 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: De acordo com Gianna Lepre, não existe uma preferência por firmar convênios com organizações não-governamentais, contudo, as ONGs suprem uma carência deixada por estados e municípios em débito com a União.

**TEC/SONORA 13 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: A diretora do Segundo Tempo, Gianna Lepre, reitera que os convênios assinados pelo programa é feita com a mais absoluta transparência e recomenda, inclusive, que a sociedade ajude na fiscalização dos contratos.

**TEC/SONORA 14 - Gianna Lepre – diretora do programa Segundo Tempo**

LOC/REPÓRTER: Gianna Lepre conclui, lembrando que em oito anos de existência, o Programa Segundo Tempo já contribuiu para melhorar a saúde e o desempenho escolar de aproximadamente oito milhões de crianças e adolescentes de regiões carentes do Brasil. Muitos desses jovens, acrescenta ela, chegaram ao pódio em várias competições nacionais e internacionais, como a seleção brasileira de canoagem e as equipes de jiu-jitsu, caratê e atletismo.

*Ascom - Ministério do Esporte*



## **Jornal O Estado de S. Paulo ignora explicações do Ministério do Esporte**

21/02/2011, 19:35



O Ministério do Esporte reitera que a série de reportagens do jornal O Estado de S. Paulo, sobre o Programa Segundo Tempo, continua repetindo equívocos de informação, apesar dos esclarecimentos prestados por esta pasta. São eles:

1 – A reportagem quer fazer crer que o Programa Segundo Tempo beneficia apenas entidades afiliadas ou simpatizantes do PC do B. O Ministério demonstrou que isso não é verdade, pois, como consta da carta enviada ao jornal:

- O Programa tem convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, mas são poucos: dos 251 convênios, apenas 36, o equivalente a 15% do total. Portanto 85% dos convênios são realizados com entidades públicas: duas federais, 16 estaduais e 194 municipais.

2 – O jornal afirma que, no Piauí, o programa é implementado pela Federação das Associações dos Moradores do estado (Famepi), subordinada ao partido, e que esta teria um contrato de R\$ 4,2 milhões com o governo federal sem licitação. A carta enviada ao jornal esclarece que:

- “Em relação à entidade Federação das Associações dos Moradores do Piauí (Famepi), de Teresina, a afirmação de que o convênio foi realizado sem licitação é imprecisa. O Governo Federal descentraliza recursos por meio de convênios, amparado pelo Decreto 6.170/2007 e pela portaria interministerial 127/2008, que garante o repasse dos recursos sem licitação. A entidade atendeu aos critérios de capacidade técnico-operacional”.

- A correspondência enviada ao jornal especifica o formato dos convênios realizados pelo Programa Segundo Tempo: “A Secretaria Nacional de Esporte Educacional realiza seleção pública para as implantações e renovações de parcerias e seus critérios estão definidos no Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo (<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/manualDiretrizes.pdf>) e demais normativas relacionadas, que regem a celebração de convênios no âmbito do Governo Federal. Desde setembro de 2008, os convênios do governo federal são celebrados no Sistema de Gestão de Convênios (Siconv), no qual as entidades devem inserir toda e



qualquer ação referente à execução do orçamento previsto. A movimentação financeira das parcerias é acompanhada pelo Ministério do Esporte, garantindo total transparência na aplicação dos recursos públicos. No Segundo Tempo os convênios são também acompanhados sistematicamente por uma rede de professores vinculados a instituições de ensino superior de todo o País. Havendo indícios de não cumprimento do convênio, a entidade é notificada para prestar esclarecimentos. Não sendo esses suficientes, o ME opta pela rescisão do convênio. O que resulta na devolução parcial ou integral dos recursos, devidamente corrigidos monetariamente. Em determinados casos, é necessária a abertura de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para garantir que o erário não terá prejuízo”.

- “Desde 2007, para garantir a estruturação adequada de todas as ações pactuadas e favorecer seu acompanhamento e controle, foi instituída a Ordem de Início, que consiste no cumprimento de todos os procedimentos preliminares essenciais para garantir o pleno funcionamento dos núcleos. Assim, embora o convênio entre em vigor a partir da data de sua assinatura, a entidade só estará autorizada a operar após o recebimento da Ordem de Início. Esclarecemos ao repórter também que os valores pactuados são divididos em duas parcelas, sendo a primeira referente à fase de estruturação do convênio e a segunda, ao período de atendimento aos beneficiários. Esta só é liberada após autorização do Ministério do Esporte”.
- “O Ministério do Esporte responde pelo mérito administrativo da condução do Programa Segundo Tempo. Zela pelo atendimento a mais de 1 milhão de crianças, oferecendo atividades esportivas e recreativas, que contribuem para a formação educacional e vem aprimorando a execução deste e de outros programas, em todos os seus aspectos”.

3 – A reportagem relata o caso do núcleo do bairro de Areias, região pobre de Teresina, onde os alunos jogariam descalços, pois o “projeto não fornece tênis ou chuteiras”. E também do núcleo localizado na cidade de Campo Maior, a 80 quilômetros de Teresina, onde dois dos quatro núcleos registrados funcionariam num clube abandonado.

- De fato, como consta da correspondência enviada ao jornal, “o programa não prevê a concessão de tênis ou chuteiras, mas de material esportivo como bolas, redes, cordas, cones, entre outros itens, e uniformes, que consistem de camisetas e bermudas para os beneficiados. O material esportivo somente é repassado quando o convênio está em fase final de estruturação”.





• “A proposta do Segundo Tempo é otimizar o uso das instalações disponíveis nas comunidades carentes. Os convênios de funcionamento de núcleos do programa citados pela reportagem não prevêem a construção e/ou reforma dos espaços, mas o aproveitamento da estrutura existente”.

4 – Quanto aos núcleos esportivos que deveriam funcionar em Ceilândia, cidade-satélite do Distrito Federal, e no Novo Gama, cidade goiana do entorno do DF, que aparentemente se encontram abandonados, mas ostentam no local uma placa do programa, o Ministério esclareceu o seguinte:

• “Para avaliar se um núcleo está em pleno atendimento, a sinalização do local por meio de uma placa do programa não é suficiente, visto que são necessários outros componentes. A placa citada pela reportagem pode se referir, por exemplo, a um convênio anterior, já expirado, ou ainda a um convênio que não recebeu autorização para iniciar o atendimento, mas já está sinalizado. O convênio pode estar em recesso por diversos motivos, tais como a não liberação de parcela por motivo de inadimplência da própria entidade ou pelo próprio cronograma de execução proposto pela mesma”.

• “No caso específico do Convênio nº 726146/2009, firmado com o Instituto de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – IDEC/GO - em dezembro de 2009, esse recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 393.925,00 somente em 14/05/2010, em virtude de contingenciamento orçamentário, e sua estruturação ainda se encontra em trâmite. No 1º Relatório de Acompanhamento relativo aos Procedimentos Preliminares enviado havia pendências em ações essenciais, como recursos humanos, infraestrutura, reforço alimentar e planejamento pedagógico”.

• “Considerando as dificuldades da implementação, o ME realizou vistoria ‘in loco’, identificando a necessidade de substituições de núcleos, e determinando, inclusive, a suspensão dos procedimentos de implementação até que sejam definidos os núcleos e reavaliada a infraestrutura disponibilizada. No momento não há previsão para a Ordem de Início. Contestamos, portanto, a afirmação sobre o recebimento e o enalhe de material esportivo, uma vez que o programa Segundo Tempo não repassou o material pactuado, porque a entidade ainda não finalizou os procedimentos relativos ao início do atendimento”.

• “Em relação ao Convênio nº 726149/2009, firmado com a Associação Ação Solidária e Inclusão Social/DF em dezembro de 2009, que recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 176.740 apenas em 13/05/2010, o 1º Relatório de Acompanhamento relativo aos



Procedimentos Preliminares ainda não foi apresentado, e a instituição ainda não efetuou sequer o cadastramento dos recursos humanos e beneficiados pelo programa. O Ministério já notificou a entidade para o cumprimento dos procedimentos de estruturação, porém até o momento não obteve resposta, razão pela qual não há previsão para a Ordem de Início”.

*Ascom - Ministério do Esporte*



## Programa Segundo Tempo garante inclusão social a jovens de todo o país

21/02/2011, 19:58

Mirtes Raquel da Silva tinha 15 anos e morava no município de São Caetano - agreste de Pernambuco- quando descobriu um talento que até então era desconhecido pelos professores da escola Coronel Camilo Pereira Carneiro. Beneficiada pelo Programa Segundo Tempo, em 2008, ela começou a praticar atletismo. Ninguém imaginava que o esporte promoveria uma mudança tão importante na vida da menina. "Nunca pensamos que ela poderia ter o desempenho que teve, principalmente, por causa de suas limitações. Ela teve um desenvolvimento e um crescimento espetaculares", conta Jonatas Lourival da Silva, coordenador do núcleo de São Caetano. Em 2009, Mirtes Raquel da Silva participou da fase regional Paraesporte de Pernambuco e se classificou em duas modalidades: 100 metros rasos e salto à distância. De lá partiu para o estadual, no Recife, onde conseguiu a classificação para o Campeonato Brasileiro, realizado em Brasília. E no ano passado, mais uma vez, foi representar Pernambuco no campeonato nacional de atletismo, desta vez em São Paulo, onde ficou em terceiro lugar. "A Mirtes é fruto do Segundo Tempo. Se não fosse pelo programa ela jamais teria as oportunidades que teve no esporte paraolímpico", conta Jonatas.

Mirtes é uma entre as mais de três milhões de crianças e adolescentes que foram beneficiados pelo Segundo Tempo, desde sua criação em 2003. São meninos e meninas que comprovam como o esporte pode ser um fator decisivo nas políticas de inclusão social. E exemplos disso não faltam nos mais de dois mil municípios brasileiros em que o programa foi implantado.

Na Faculdade Associação Caruaruense de Ensino Superior 25 núcleos atendem a cinco mil crianças de 12 municípios do agreste pernambucano. Além da prática esportiva, a entidade incluiu atividades que ensinam a lidar com problemas diários como a falta de água e a cuidar da saúde. "Todo o trabalho é sempre feito de forma lúdica com brincadeiras, palestras e teatro", explica a coordenadora-geral e pedagógica do Programa, Ana Rita Lorenzini.

Na região Sul, alguns municípios servem como referência. Santa Rosa de Lima, a 130 km da capital Florianópolis, tem dois núcleos do Programa Segundo Tempo, cada um atende 100 crianças. Os núcleos desenvolvem atividades esportivas coletivas (futsal, vôleibol, handebol e futebol de campo) e individuais (atletismo, xadrez, dama e tênis de mesa). "É nítida a influência positiva no desenvolvimento das crianças, tanto em questões



físicas, coordenação motora, e em questões sociais como o respeito ao próximo. Os jovens deixam de andar na rua e aprendem bons princípios de convívio social”, afirma o coordenador do Programa, Wilmar Warmling. “Hoje mesmo têm jovens fazendo teste na escolinha de futebol do Figueirense. Eles têm entre 10 e 12 anos”, orgulha-se ele.

Já a cidade de Nova Prata (RS), com 22 mil habitantes e a 166 km de Porto Alegre, mantém em funcionamento 10 núcleos do Programa Segundo Tempo desde 2007. A coordenadora do programa, Cristiane Tomazoni os jovens, além de atividades esportivas, têm reforço escolar. O prefeito da cidade reforça a importância do Segundo Tempo. “Eu acredito que o programa deveria estar em todo o país, mesmo sabendo que a dificuldade é financeira. Todos são beneficiados, as crianças porque têm a oportunidade de se desenvolverem na escola; os pais que precisam trabalhar e podem ficar descansados com os filhos ocupados numa atividade construtiva e o município com jovens mais capacitados”, explica ele.

Em Lauro de Freitas (BA), esportes de rua como o skate tem disciplinado e socializado jovens moradores da periferia de Salvador. Com a chegada do Programa Segundo Tempo, em parceria com a prefeitura municipal, a maioria dos beneficiados - filhos de mães empregadas domésticas e de pais ajudantes de pedreiro – usufruem de atividades esportivas e de lazer, boa parte delas realizadas ao ar livre. “Com muitos conselhos, diálogos, espírito de equipe e ensinamentos sobre a arte de se equilibrar com os pés em quatro rodas, conseguimos criar cidadãos melhores”, diz Edson Silva Barbosa, monitor do programa.

*Ascom - Ministério do Esporte*



## Nota de esclarecimento ao Jornal “O Estado de S. Paulo”

22/02/2011, 15:57



Com relação à matéria “Esporte renova convênio que não cumpriu metas”, publicada na edição desta terça-feira, dia 22/02, o Ministério do Esporte esclarece:

1 – O jornal erra ao afirmar que o Ministério rescindiu o convênio com o Instituto Contato “tendo em vista o não cumprimento do objeto pactuado”. A reportagem teve acesso ao parecer técnico da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, que deixa absolutamente claro que a rescisão se deu por solicitação da entidade conveniente e que a avaliação sobre o cumprimento do objeto só poderá ser concluída após a Prestação Final de Contas do convênio. Além disso, a retificação do motivo da rescisão foi publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010. A própria matéria do jornalista reconhece que a rescisão foi proposta pela entidade.

2 – O descuido na apuração da matéria fica evidente na maneira jocosa com que o jornalista se refere às raquetes “de plástico” usadas pelos alunos do Segundo Tempo. O repórter não pediu nenhum esclarecimento sobre o assunto. Se tivesse nos consultado, saberia que as raquetes utilizadas na democratização da prática do tênis em Santa Catarina foram desenvolvidas pelo Núcleo de Estudo de Tênis da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente para a faixa etária atendida pelo Segundo Tempo. Os materiais são exclusivos e adaptados para qualquer ambiente disponível (areia, grama, quadras e ginásios), favorecendo a utilização no programa que atende comunidades carentes. A necessidade de quadras de tênis e raquetes oficiais inviabilizaria a adoção pelo Programa Segundo Tempo desta modalidade e contradiz a essência da proposta pedagógica, que é a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas à prática do esporte educacional, e não do esporte de alto rendimento.

3 – O jornal não abordou o assunto atraso de pagamento dos professores nas questões enviadas, mas cabe registrar que o Ministério do Esporte já adotou todas as providências cabíveis com relação ao tema.



4 – O jornal afirma que “alunos ganham merenda vencida” e que foi mostrado à reportagem lote de suco de groselha igualmente fora do prazo de validade. Mais uma vez fica claro o descuido na apuração realizada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”. O convênio citado na reportagem encontra-se expirado desde 05/12/2010 e o novo convênio com a mesma entidade ainda não concluiu os procedimentos preliminares para iniciar o atendimento aos beneficiados e, por conseqüência, ainda não repassou lanche.

5 – O jornal cita parecer do Ministério do Esporte, segundo o qual o Instituto Contato não havia conseguido concluir o projeto em, pelo menos, quatro núcleos esportivos. Por ocasião da análise técnica e financeira da Prestação de Contas Final do convênio, se comprovado o não cumprimento do objeto em quatro núcleos, a entidade será notificada para devolver os recursos relativos aos núcleos não concluídos. Isso tudo está previsto na lei.

6 – A reportagem afirma que “os projetos em boa parte do País são tocados por Organizações Não Governamentais”. No entanto, conforme explicado anteriormente ao jornal por duas vezes, dos 251 convênios vigentes, apenas 36, o equivalente a 15% do total, são com ONGs. Portanto 85% dos convênios são realizados com entidades públicas: cinco federais, 16 estaduais e 194 municipais.

*Ascom - Ministério do Esporte*



## **Nota de esclarecimento ao Jornal “O Estado de S. Paulo”**

23/02/2011, 17:50

Fiscalização de empresas é atribuição do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU). Não é atribuição legal do Ministério do Esporte investigar a idoneidade das empresas contratadas por seus parceiros na execução dos convênios, como faz crer o jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 23 de fevereiro. Cabe apenas ao Instituto Contato responder pela contratação da JJ Logística Empresarial Ltda – realizada por pregão eletrônico da Caixa Econômica Federal – para o fornecimento de lanches aos núcleos do Programa Segundo Tempo de Santa Catarina. O jornal alega que a JJ é uma empresa “fantasma” e que teria como sede “um galpão abandonado há mais de quatro anos”, no município de Tanguá (RJ).

*Ascom - Ministério do Esporte*

## **Tupinambás e Pataxós pedem Segundo Tempo para combater violência urbana nas aldeias**

25/02/2011, 11:03



Palco da descoberta do Brasil há 500 anos, os primeiros habitantes da Aldeia de Coroa Vermelha (BA) têm sido destruídos pela criminalidade, as drogas, a prostituição e o alcoolismo. Nos últimos dois anos as vítimas foram dez jovens indígenas. Preocupada em acabar com o índice de

mortalidade, uma delegação composta por dez caciques e lideranças Pataxó e Tupinambá de 34 comunidades indígenas – um total de 15 mil índios - visitou na quarta-feira (24), o Ministério do Esporte, em Brasília.

“Acreditamos que somente o esporte é capaz de mudar essa triste realidade”, defendeu, confiante, o cacique Aratikum Pataxó. O grupo foi recebido pelo chefe de gabinete do Ministério do Esporte, Vicente José de Lima Neto, a quem os índios apresentaram uma proposta com suas reivindicações. Entre os pedidos estão: instalação do Segundo Tempo Indígena, construção de um ginásio esportivo e um campo de futebol, além da doação de material esportivo.

Ao assumir o compromisso de encaminhar o documento ao ministro Orlando Silva, Vicente Lima Neto explicou aos visitantes o motivo pelo qual o Segundo Tempo é o principal programa da pasta. “Mesmo não se tratando de um programa de competição e sim de inclusão, pois une educação ao esporte, o programa é vencedor porque afasta o estudante do perigo das ruas. Obriga os pais a uma vigilância constante, a um maior controle dos passos dos filhos como uma das condições para mantê-los dentro dos núcleos”, afirmou.

A liderança Tupinambá da aldeia Patiburi, do município de Belmonte, Maria Isabel dos Santos Oliveira reconhece a importância do esporte para a preservação da identidade cultural de seu povo. Conta que a grande preocupação das 36 famílias da aldeia é com o destino das jovens meninas indígenas. “O esporte funciona como uma arma eficaz para manter as mulheres na aldeia, ocupadas, brincando, livre do abuso e longe do mau companheirismo”, justifica.

*Carla Belizária*

*Foto: Ivo Lima*





**ceme**  
CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – CEME/UFRGS**  
**PROJETO MEMÓRIA DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO - PST**



*Ascom – Ministério do Esporte*



## Comentários sobre a matéria de O Estado de S. Paulo - 25.02.2011

25/02/2011, 18:52



A matéria “Repasses do Programa Segundo Tempo a Ongs são inflados em ano eleitoral” retoma tese requeitada de que a transferência de recursos aumenta em anos de pleitos. No ano passado, inúmeras foram as reportagens neste sentido.

O jornal "O Estado de S. Paulo" elegeu um artifício apenas com o intuito de pautar novamente a discussão sobre ONGs e partidos políticos associada ao Programa Segundo Tempo, numa evidente tentativa mais política que jornalística, de influir na atividade de agentes partidários neste fim de semana e início da próxima.

Como já dito, o Ministério do Esporte não pauta a execução financeira no calendário eleitoral.

O que fundamenta a realização de pagamentos aos parceiros do Programa Segundo Tempo é a disponibilidade de recursos (não-contingenciamento); situação de adimplência dos entes (conforme determina a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações pertinentes) e o atendimento às normas do Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo.

O Estado de S. Paulo pinçou apenas aspectos parciais da Nota recebida pela CGU, omitindo os trechos abaixo (além de, mais uma vez, não ter ouvido previamente a outra parte - o Ministério do Esporte - como ensinam os manuais do bom jornalismo):

“Em resposta a essas recomendações, o Ministério do Esporte já providenciou as seguintes medidas:

1. Alteração das diretrizes nos convênios firmados a partir do segundo semestre de 2009 – com exigência de melhor qualificação das entidades parceiras antes da liberação de recursos e introdução de novos agentes no acompanhamento da execução quanto ao componente pedagógico do programa;
2. Reestruturação administrativa da Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED com foco no aprimoramento dos controles primários;



3. Seleção de propostas para celebração dos convênios com base em critérios objetivos, previamente estabelecidos e publicados;
4. Implantação de Rede de Acompanhamento formada por Equipes Colaboradoras, que efetuam visitas de acompanhamento pedagógico e operacional aos núcleos – parceria com universidades;
5. Assessoramento técnico e pedagógico, realizado pelas Equipes Colaboradoras;
6. Implantação da Autorização para Ordem de Início de execução dos objetos, como requisito para atendimento dos beneficiados;
7. Desenvolvimento de sistemas informacionais integrados para monitoramento operacional e acompanhamento pedagógico dos convênios;
8. Capacitação dos Coordenadores Gerais em gestão de convênios.” (grifos nossos).

Considerando apenas o critério adotado pelo jornal, ou seja, pagamentos realizados independentemente do ano de celebração do convênio, observa-se que os valores da série analisada mantêm um patamar de execução estável, apresentando uma oscilação significativa apenas no exercício de 2009 quando a liberação de recursos financeiros foi fortemente afetada pela crise financeira internacional, conforme a seguir:

VALORES PAGOS - CONVÊNIOS NÚCLEOS PROGRAMA SEGUNDO TEMPO				
Exercício	2007	2008	2009	2010
ONG's	50.113.607	46.880.483	24.319.002	53.182.445
Percentual do total	74,6%	39,4%	34,0%	47,6%
Municípios, Estados e DF	17.084.027	72.213.391	47.204.765	58.441.246
Percentual do total	25,4%	60,6%	66,0%	52,4%

Como se percebe pagamentos a ONGs caem em 2008 (ano eleitoral), R\$ 46,88 milhões,



se comparados a 2007 (ano não-eleitoral), R\$ 50,11 milhões; conforme esclarecido ontem ao jornal.

Por sua vez, estes pagamentos feitos pelo Programa Segundo Tempo crescem nos ciclos eleitorais em relação a Prefeituras, expressivamente de 2008, R\$ 72,20 milhões, em função de 2007, apenas R\$ 17,98 milhões; porém não havendo qualquer conexão com os partidos dos respectivos prefeitos.

Portanto, para melhor informar aos leitores, acreditamos que o jornal deveria divulgar os dados com uma contextualização das questões determinantes. Elas condicionaram, anualmente a execução das políticas públicas, via de regra, afetada pelo cenário fiscal, política econômica e diretrizes e metas do governo. O jornal se ateve apenas a uma tese artificial que vincula a execução orçamentária aos anos eleitorais.

Por fim, o jornal erra ao citar que o número de convênios, dizendo que saltou de 25 para 42 no ano de 2010, ano de eleições presidenciais. Mais uma vez o jornal não ouviu preliminarmente a outra parte como recomendam os manuais do bom jornalismo. O número citado pelo jornal está errado. Pois, conforme tabela abaixo, observa-se o declínio do número de convênios do Ministério do Esporte com ONGs, inclusive nos anos eleitorais:

2007	
Convênios vigentes em 2007	117
2008	
Convênios vigentes em 2008	63
2009	
Convênios vigentes em 2009	51
2010	
Convênios vigentes em 2010	38

*Ascom – Ministério do Esporte*



## Execução Orçamentária e Financeira – Complexidade e Fundamentos

25/02/2011, 19:40

A matéria veiculada no jornal Estadão nesta data acerca de repasses de recursos para ONGs realizados pelo Ministério do Esporte não aborda a complexidade que envolve a execução do orçamento público. As liberações de recursos por intermédio de convênios seja para ONGs ou entes federativos perpassam fases previstas na legislação federal, bem como as normas específicas estabelecidas pelo Ministério para a execução do Programa.

Na fase orçamentária, o Ministério assume o compromisso de transferência dos recursos através do empenho da despesa, no entanto o repasse efetivo dos valores para as ONGs ou entes federativos parceiros se concretiza na execução financeira que somente é realizada após o cumprimento das exigências tanto da legislação orçamentária federal quanto das normas estabelecidas para o Programa no manual de Diretrizes que se encontram divulgadas na página da internet deste Ministério no endereço:

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/manualDiretrizes.pdf>

Para uma análise técnica das questões que envolvem o orçamento público e realmente explicitar os objetivos de determinada política pública, o jornal deveria ter considerado os empenhos realizados em cada ano, pois demonstram os compromissos ou parcerias estabelecidas entre o Ministério e as demais esferas de governo e entidades privadas, consubstanciados nos ajustes celebrados (convênios e contratos de repasse).

A demonstração isolada dos pagamentos realizados como fez o jornal não reflete a efetiva política pública implementada em um determinado período, pois são uma consequência de tomada de decisão anterior materializada nos empenhos e ajustes celebrados. O depósito do dinheiro público da conta corrente do convênio firmado, em parceria com entes públicos e privados, obedece a uma série de condições e critérios, como por exemplo o nível de contingenciamento de recursos no exercício, cronogramas fixados, início da execução física e resultado do acompanhamento realizado, podendo, portanto, tal transferência de recursos se concretizar em anos posteriores ao da celebração do convênio.

Dessa forma, se considerarmos a execução orçamentária (empenho) dos convênios voltados para funcionamento de núcleos de esporte do Programa Segundo Tempo,



percebe-se claramente que o Ministério do Esporte vem buscando nos últimos anos priorizar as parcerias com Prefeitura e Governos Estaduais, conforme demonstrado no quadro a seguir. Verifica-se que o volume de recursos empenhados em cada ano mostra uma evolução consistente sem oscilações significativas.

Considerando apenas o critério adotado pelo Jornal, ou seja, pagamentos realizados independentemente do ano de celebração do convênio, observa-se que os valores da série analisada também mantém um patamar de execução estável, apresentando uma oscilação significativa apenas no exercício de 2009 quando a liberação de recursos financeiros foi fortemente afetada pela crise financeira internacional, conforme a seguir.

Portanto, para melhor informar aos leitores, o Jornal deveria divulgar os dados com uma contextualização das questões determinantes que condicionaram em cada ano a execução das políticas públicas, via de regra afetada pelo cenário fiscal, política econômica e diretrizes e metas do governo, e não apenas se ater a uma tese simplista de vinculação da execução orçamentária a anos eleitorais.

*Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte*